

UNIERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARI DOS SANTOS SILVEIRA PINTO JÚNIOR

**O ENSINO DE FILOSOFIA POLÍTICA NA MODALIDADE EJA: UMA REFLEXÃO
SOBRE A POLÍTICA E POLITICAGEM A PARTIR DO EXPERIMENTO SOCIAL
“COMPRA CONSCIENTE”**

CURITIBA

2018

ARI DOS SANTOS SILVEIRA PINTO JÚNIOR

**O ENSINO DE FILOSOFIA POLÍTICA NA MODALIDADE EJA: UMA REFLEXÃO
SOBRE A POLÍTICA E POLITICAGEM A PARTIR DO EXPERIMENTO SOCIAL
“COMPRA CONSCIENTE”**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Filosofia do Ensino Médio, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof^º. Dr. Wilson de Oliveira

CURITIBA

2018

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar as dificuldades e características da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), percebendo as características dos estudantes de tal modalidade, bem como os principais desafios que se apresentam no processo ensino-aprendizagem. Ao discutir assuntos ligados a filosofia política, se busca a construção de um pensamento autônomo a partir da reelaboração de conceitos, bem como da reestruturação de saberes do senso comum, que agora se confrontam com concepções teóricas. Ainda busca-se refletir sobre a realidade da política atual, onde se fala em corrupção, percebendo que as ações coletivas ou individuais também podem ser corruptivas ou desonestas, não sendo esta, uma exclusividade dos governantes. A partir dessa preocupação que se apresenta como ética, apresentamos brevemente uma compreensão de Maquiavel em relação a ética e política, para refletirmos, o que se apresenta como ações individuais e coletivas, concluindo tal estudo como uma experiência coletiva, de compra consciente, para percebermos a ação dos indivíduos quando não vigiados, propondo alguns possíveis resultados e abordagens didáticas a partir disso.

Palavras-Chave: Filosofia – Filosofia Política – Política – Educação – EJA.

ABSTRACT

The present work aims to present the difficulties and characteristics of the EJA modality (Youth and Adult Education), perceiving the characteristics of students of this modality, as well as the main challenges that present themselves in the teaching-learning process. In discussing subjects related to political philosophy, the aim is to construct an autonomous thinking based on the re-elaboration of concepts, as well as the restructuring of common-sense knowledge, which are now confronted with theoretical conceptions. It also seeks to reflect on the reality of current politics, where corruption is spoken of, realizing that collective or individual actions can also be corruptive or dishonest, and this is not an exclusivity of rulers. From this concern that presents itself as ethics, we briefly present an understanding of Machiavelli in relation to ethics and politics, in order to reflect, what is presented as individual and collective actions, concluding such study as a collective experience, of conscious buying, to realize the action of the individuals when not watched, proposing some possible results and didactic approaches from this.

Keywords: Philosophy - Political Philosophy - Politics - Education - EJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – UM APANHADO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NA CIDADE DA LAPA NO PARANÁ	06
1.1 EJA NA LAPA	10
2. O ALUNO DA EJA: DESAFIOS E A BUSCA DA REFLEXÃO AUTÔNOMA DOS ALUNOS FRENTE A FILOSOFIA POLÍTICA	12
2.1 O ALUNO DA EJA E A INSERÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA	12
2.2 A FILOSOFIA POLÍTICA NA EJA.....	14
3. A FILOSOFIA POLÍTICA ALÉM DA SALA DE AULA: UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA E A CORRUPÇÃO. ANÁLISE DO EXPERIMENTO “COMPRA CONSCIENTE”	20
3.1 UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UMA PRÁTICA COLETIVA – TRAÇANDO A META.....	21
3.2 A COMPRA CONSCIENTE.....	22
3.3 POSSÍVEIS RESULTADOS E ABORDAGENS DIANTE DA IMPREVISIBILIDADE HUMANA.....	23
Considerações finais.....	26
Referências.....	28

INTRODUÇÃO

Neste trabalho vamos discutir e analisar o processo de inserção dos alunos da Educação de Jovens e adultos (EJA), na disciplina de filosofia, nos temas ligados a filosofia política. Pensando principalmente a partir do cenário político atual do Brasil, dando um suporte teórico a partir de teorias filosóficas, buscando levar em conta a realidade do aluno, bem como diagnosticando qual a sua visão de política.

A EJA, é uma forma de ensino que visa dar a formação do currículo da educação básica para jovens e adultos que por algum motivo não concluíram o ensino básico no modo regular. No Brasil a Educação de Jovens e adultos tem seu início com os jesuítas, que quando chegaram no Brasil, tinham a intenção de catequizar a população que aqui residia.

“Podemos dizer que os primeiros educadores foram os jesuítas, os quais chegaram no Brasil com a pretensão de catequizar a população a partir de princípios religiosos, transmitindo normas de comportamento e ensinando ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial. Como a maioria da população era analfabeta, o método de ensino dos jesuítas consistia em um conjunto de regras e preceitos religiosos, denominado de *Ratio Studiorum* e transmitidos, basicamente pela oralidade.” (SOEK, 2012, p. 13).

Segundo a autora Ana Soek, a educação de jovens e adultos não é uma prática recente no Brasil, porém o que se compreende hoje como modalidade EJA é sim divergente do que praticavam os jesuítas no Brasil colônia. Os moldes contemporâneos, no que tange a educação de adultos teve um salto a partir do fim da Ditadura militar com o processo de redemocratização.

O aluno que frequenta o EJA normalmente já é o homem e a mulher que trabalha, que tem uma vida familiar, mas que dedica parte do seu tempo para a formação intelectual, frequentando os Ceebjas, deparando-se muitas vezes com um universo totalmente novo, com uma linguagem, formas de percepção de realidade e teorias que não se faziam presentes na visão de mundo dessas pessoas ainda. Diante dessa realidade, cabe ao professor de EJA atingir esse aluno, para que tudo o que está sendo dito possa ter um significado com a forma de vida que os alunos vivem.

Para perceber essa realidade, nos propomos a pensar o ensino de filosofia política, haja vista que a política é um tema comum, que deveria ser corriqueiro, que está nas mais variadas mídias, desta forma o objetivo é identificar qual a relação dos alunos com a

política, como eles compreendem a influência da política em suas vidas, desmistificando muitos elementos e buscando perceber qual a relação deles com as ações coletivas e políticas, percebendo como devemos desenvolver o ensino da filosofia para os mesmos.

Identificar a compreensão que os alunos já trazem de temas a serem trabalhados é um primeiro passo para a possibilidade de desfazer certos pré-conceitos, bem como levá-los a uma reflexão mais profunda sobre o assunto que se coloca em questão, podendo em sala de aula, refletir sobre o seu papel de cidadão, como um ser político, participante da sociedade e ao mesmo tempo estudante das teorias filosóficas.

Perceber-se em um espaço político, buscando compreender sua função na sociedade e pensando em uma sociedade mais justa e honesta, se propõe a atividade que busca levar os conceitos apreendidos em sala de aula, para além desse espaço, com um experimento que vise refletir sobre a honestidade e idoneidade da população, trazendo a reflexão e a conscientização para a importância de ações que visem a coletividade, a partir de um caráter ético, político e pedagógico.

1. EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS – UM APANHADO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NA CIDADE DA LAPA NO PARANÁ.

A educação de jovens e adultos é uma realidade presente no Brasil há muito tempo, dando início a partir da vinda dos jesuítas para cá, onde buscavam catequizar a população que aqui habitava transmitindo ensinamentos religiosos e morais, além de ensinar os trabalhos que eram necessários para o desenvolvimento da economia do período colonial.

Nesta época, devido grande parte das pessoas não terem sido alfabetizadas, o meio de transmissão dos conhecimentos se dava a partir da oralidade, desta forma que se transmitia os preceitos que os jesuítas acreditavam serem necessários, sendo denominado *Ratio Studiorum*¹.

Segundo Paiva (1978, p.58) em *Educação popular e Educação de adultos*, afirma que no Brasil, por quatro séculos se viveu uma educação seletiva, sendo caracterizada pelo predomínio de homens, brancos, cristãos e alfabetizados, se sobrepondo a uma outra parcela da cultura caracterizada por mulheres, negros índios e não alfabetizados.

A educação seletiva não é uma exclusividade do Brasil colônia, as coisas só vão mudando a partir do século XIX, quando a primeira Constituição Brasileira apresenta registros que fala sobre a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, porém esta educação foi destinada somente para as elites, o que fez com que houvesse um grande número de analfabetos. Segundo Soek (2012, p.14), o Senso do ano de 1920, apontou que 72% da população com mais de cinco anos não tinha frequentado a escola.

A partir da 1934, com a Constituição de 34, foi previsto o ensino obrigatório, nesta constituição rompe-se com a ideia de que a escola era somente para crianças, apontando também a necessidade de oferecer uma educação básica inclusive para jovens e adultos.

Segundo dados de recenseamento geral realizado em 1940, 55% dos brasileiros com mais de 18 anos não haviam sido alfabetizados. A partir de tais números, se despertou no país a preocupação com a alfabetização, criando campanhas de alfabetização, que eram propostas pela UNESCO, quando se tem início o processo de implantação de uma rede de ensino primário supletivo para adultos não alfabetizados.

Um dos grandes avanços na educação de jovens e adultos se dá a partir de 1947, após a ditadura de Getúlio Vargas e com o processo de redemocratização efervescente

1 Abreviatura para *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, que é Plano de Organização de Estudos da Companhia de Jesus.

foi lançado o projeto nacional intitulado Campanha de Educação de Adultos, que tinha por idealizador Lourenço filho² e seguia o método de Loubach³, baseado na psicologia experimental realizada nos Estados Unidos. Tal método previa a ideia de que o adulto mesmo não alfabetizado, já carregava um conhecimento prévio. O objetivo era partir de tais conhecimentos para realizar a alfabetização.

Para Loubach, o adulto não alfabetizado não deixa de ser uma pessoa instruída pelo fato de não saber ler e escrever. Ele só não teve acesso ao conhecimento formal. Para esse educador, promover a alfabetização é mudar a consciência da pessoa, reintegrando-a ao meio em que vive e colocando-a no mesmo plano de conhecimento de direitos humanos fundamentais. (SOEK, 2012)

A perspectiva trazida por Loubach corresponde diretamente com a realidade da EJA, em que os jovens e adultos já chegam no espaço escolar com uma série de conhecimentos produzidos, muitos do senso comum, mas que não devem ser desconsiderados pelos educadores. Estes devem buscar desmistificar muitos desses saberes, que por vezes vem dogmatizados, mas que deve ser repensados a partir da realidade de conhecimentos cientificamente produzidos.

A partir do método de Loubach foram desenvolvidos alguns programas de educação, que buscava resolver problemas da alfabetização até a etapa final do processo final, que era chamada ação em profundidade, tendo como objetivo a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Com isso várias escolas supletivas foram criadas no Brasil, bem como houve, pela primeira vez a criação de um material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para adultos, tendo uma orientação pelo método silábico, com base em uma cartilha padronizada, dando a possibilidade ao indivíduo de memorizar as sílabas e ao final do processo o mesmo poderia formar textos, sempre voltados para questões ligadas a saúde, técnicas de trabalho e mensagens de moral e civismo. De acordo com Ribeiro (1997, p.29), a educação de jovens e adultos foi desenvolvida a partir de atividades que possibilitassem a alfabetização, mas também as

2 Manuel Lourenço filho nasceu em Porto Ferreira, São Paulo, em 1907, e faleceu em 1970. Foi um educador do magistério público, responsável pela reforma do ensino público no Ceará e, em 1935 foi nomeado professor de psicologia educacional e diretor da escola de educação da Universidade do Distrito Federal. Foi um defensor da necessidade de elevação dos níveis de instrução de toda a população como condição para o desenvolvimento econômico da nação e foi protagonista da campanha de Educação de adultos, em 1940, que visava instituir políticas globais para solucionar os problemas da esfera educacional.

3 Frank Charles Laubach nasceu na cidade de Benton, Pensilvânia, Estados Unidos. Formou-se na Universidade de Princeton, especializou-se em letras, pedagogia e teologia e doutorou-se em sociologia, na Universidade de Columbia. Iniciou um trabalho de assistência humanitária nas Filipinas, em 1915, e em 1928, formulou o método baseado no conhecimento prévio dos adultos, alfabetizando 60% do total da população nativa. Em 1945 esteve no Brasil proferindo palestras e cursos sobre seu método de ensino.

atividades transmitiam alguns valores culturais que davam a possibilidade de participação social, tendo como objetivo a integração dos iletrados no meio em que viviam.

Os educadores que compunham as escolas supletivas, muitas vezes eram leigos, o que determinava que apenas seguissem a cartilha, ou seja, a educação era limitada ao seguimento do que já vinha programado, que no caso se resumia em leitura, escrita e ao cálculo matemático.

Além da proposta de Loubach para a educação de jovens e adultos, por volta da década de 50 temos a proposta de Paulo Freire⁴, que busca uma saída para os mais diversos problemas que começaram a surgir na educação no Brasil.

Quando nos referimos aos problemas surgidos, estamos nos referindo às críticas que surgiram em relação à campanha de Educação de Adultos, sob o aspecto administrativo e financeiro, bem como a superficialidade do aprendizado.

No fim da década de 50 do século XX, as críticas à campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado, que se efetivava no curto período de alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e o uso do mesmo material didático (Cartilha) para as diferentes regiões do país. (Soek, 2013. p.19)

Com essas críticas, surgiu uma nova visão acerca do analfabetismo, bem como uma nova fundamentação pedagógica, que teve como referência Paulo Freire, baseado em uma proposta de educação popular. Diversos grupos fizeram parte desse projeto, com sua implementação, sendo destes, boa parte de educadores leigos, grupos de estudantes e católicos que tinham um engajamento com ações políticas junto a grupos populares. Tais grupos se articularam e juntos fizeram uma cobrança ao Governo Federal para que este apoiasse e pudesse desenvolver uma coordenação nacional para as iniciativas da sociedade civil.

Freire se destaca em sua proposta pelo fator de apresentar uma teoria baseada na ideia de que se é preciso valorizar os saberes dos alfabetizandos, dos quais se originavam os conteúdos de ensino, seguindo a ideia de que é preciso considerar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, (FREIRE, 1996). Segundo a abordagem de Freire, inicialmente deveria ser feito um levantamento por parte do educador, quais eram as palavras utilizadas pela realidade cultural dos alunos, identificar as palavras

⁴ Paulo Reglus Freire é visto como um grande educador brasileiro, Pernambucano, foi um inspirador da educação popular, tornou-se referência para as gerações de educadores, principalmente os latino-americanos. A proposta pedagógica de Freire, bem como sua proposta de alfabetização de adultos estava baseada em uma perspectiva político-cultural, com envolvimento de setores da sociedade, como Igreja, partidos políticos da esquerda e estudantes.

colaboraria para compreender a realidade existencial dos alunos, para que o processo de alfabetização pudesse ser desenvolvido conforme a realidade do mesmo, trazendo uma valorização da cultura local.

As palavras identificadas pelo educador seriam as chamadas palavras geradoras, ou seja, aquelas que se observa que são utilizadas pelos alunos, ou que fazem parte da sua realidade, após a identificação o mesmo deveria selecionar os mais diversos padrões silábicos conforme o seu grau de complexidade, para que se iniciasse o processo de estudo, tanto da leitura, escrita e da realidade que a palavra está inserida, ou seja, seria um processo de leitura da realidade como um todo, buscando uma ilustração para a palavra escrita.

Com um elenco de dez a vinte “palavras geradoras”, mantendo-se a seleção gradual das dificuldades fonéticas, acreditava-se conseguir alfabetizar, ainda que em um nível rudimentar. Em uma etapa posterior, as “palavras geradoras” seriam substituídas por “temas geradores”, a partir dos quais os alfabetizandos aprofundariam as análises dos problemas comunitários e sociais, sempre com uma visão crítica do contexto em que estavam inseridos. (Soek, 2013. p.21)

Percebe-se na concepção pedagógica abordada por Paulo Freire, que o objetivo não era apenas alfabetizar, mas trazer um significado para o que era ensinado em sala de aula, portanto neste modelo de educação não se utiliza uma cartilha comum para todo o país, pois cada realidade é analisada para se desenvolver a relação ensino aprendizagem em que o aluno seja também um agente no processo de alfabetização.

No ano de 1964 com a instauração do golpe militar, muitos dos projetos propostos pelo Plano Nacional de Alfabetização que havia sido aprovado em janeiro do mesmo ano, bem como os movimentos de alfabetização foram proibidos, por serem considerados de cunho comunista.

Em 1965 foram realizadas discussões educativas com as Conferências Municipais de educação e em 1967, foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), tinha como objetivo ensinar a ler, escrever e contar, com o objetivo de propiciar uma melhor condição de vida às pessoas não alfabetizadas, teve uma duração de 15 anos. Tal modelo se caracteriza por ser um programa baseado em uma visão tecnicista, acreditava-se que se fossem oferecidos um bom material didático, um manual que pudesse orientar o professor-tutor, que receberia um treinamento, já seria suficiente para resolver o problema do analfabetismo no Brasil. Os professores eram normalmente pessoas da própria comunidade que já eram alfabetizados e que foram os responsáveis pela implementação de tal projeto.

Em 1971 se regulamentaram os cursos supletivos e os exames de certificação, que traziam a mesma proposta curricular do ensino regular, porém de forma mais compacta, porém, não garantiu as especificidades necessárias à população que seria atendida pelos cursos supletivos. Foi ainda na década de 70 que os movimentos de educação popular começaram a beber das concepções de Freire em relação à educação de jovens e adultos, tendo por objetivo a formação de uma consciência crítica, buscando fazer com que as massas pudessem superar a condição de dominação da qual estavam expostas. Tais ações eram realizadas com o objetivo de gerar a inclusão daqueles trabalhadores que estavam excluídos da escola.

Em 1985 houve a substituição do MOBREAL pela chamada Fundação Educar, que buscava executar os programas de alfabetização através de apoio financeiro e técnico a partir de organizações não governamentais e de empresas, haja vista que não havia nenhum empenho por parte do governo para que se tratasse as questões relacionadas a alfabetização de jovens e adultos.

Foi em 1988 que o Estado se tornou responsável pela garantia do ensino fundamental para os que não tiveram acesso em idade própria, tais ações vão se concretizar graças a promulgação da “Constituição Cidadã”. Alguns fatores foram fundamentais para a implementação da EJA, tais como as parcerias realizadas com ONG’s e instituição civil organizada.

Em 1990 foi realizada a Conferência mundial da educação em Jomtien, na Tailândia, onde foi explicitada a realidade mundial referente ao analfabetismo. Nessa mesma época foi promulgada a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96 onde a educação de jovens e adultos, pela primeira vez é tida como modalidade da educação básica. Intensificam as parcerias e articulações com ONG’s, empresas e principalmente movimentos sociais. Neste mesmo ano, são implantados os Programas Nacionais de Alfabetização.

1.1 EJA NA LAPA

Na cidade da Lapa, no Paraná a EJA passou pelo processo de alfabetização de jovens e adultos, principalmente o MOBREAL, onde por se tratar de um município com uma grande extensão territorial de zona rural, os professores e instrutores do programa eram moradores das próprias comunidades, estes que já tinham sido alfabetizados eram os responsáveis pela alfabetização dos demais.

A educação de jovens e adultos é ofertada no município da Lapa Paraná desde 1988. Porém antes de levar o nome de Ceebja Paulo Leminski, tal modalidade já era ofertada como NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo), CES (Centro de Estudos supletivos), CEAD (Curso para educação de jovens e adultos) e por fim CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos). Hoje o CEEBJA Paulo Leminski atende o Ensino Fundamental e médio, tendo em média 46 turmas com 918 matrículas, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Além da sede do CEEBJA Paulo Leminski que fica no centro da cidade da Lapa, ainda a cidade conta com uma APED- Ação Pedagógica Descentralizada, na comunidade do São Bento. A APED segundo o site da Secretaria da Educação do Estado do Paraná são:

Efetivadas em situações de evidente necessidade, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos, respeitada a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar, desde que autorizado pela SEED/PR, segundo critérios estabelecidos pela mesma secretaria em instrução própria. (SEED – PR)

Desta forma, busca-se propiciar o acesso à educação aos jovens e adultos, desde o processo de alfabetização até o Ensino Médio.

Atualmente, no primeiro semestre de 2018, o CEEBJA Paulo Leminski oferta duas turmas de coletivos da disciplina de filosofia, uma nas terças-feiras à tarde e outra nas quartas-feiras à noite. A disciplina de filosofia deve ter 64 horas durante todo o processo e privilegiar os conteúdos estruturantes da disciplina para o Ensino Médio.

2. O ALUNO DA EJA: DESAFIOS E A BUSCA DA REFLEXÃO AUTÔNOMA DOS ALUNOS FRENTE A FILOSOFIA POLÍTICA

Tendo em vista que no Brasil muitas pessoas não tiveram acesso à escola devido às desigualdades sociais, necessidades de ingresso precoce no mercado de trabalho, para que, mesmo desde cedo já pudessem ajudar no sustento de suas famílias, bem como da inexistência de leis que cobrassem de forma significativa a presença das crianças e adolescentes na escola, para que tivessem sua formação acadêmica em tempo específico, muitos nem se matriculavam nas escolas e outra parcela, por sua vez, evadia dos centros de ensino para que pudesse colaborar em casa.

Devido a todo o progresso do capitalismo, o mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais competitivo, desta forma a EJA vem ser a possibilidade de proporcionar a educação para aqueles que em tempos mais difíceis não puderam concluir seus estudos em idade adequada.

2.1 O ALUNO DA EJA E A INSERÇÃO NO ENSINO DE FILOSOFIA

É de fundamental importância compreender quem é o aluno da EJA para que o professor possa fazer a mediação entre a realidade vivida pelo aluno e todo o conteúdo e conceitos trazidos pela filosofia.

Conhecer o perfil do estudante da EJA, sua história de vida, cultura, situação socioeconômica e aspirações é de extrema relevância para o professor que trabalha com esta modalidade de educação, direcionada a cidadãos tão diversos e, ao mesmo tempo, tão iguais, se consideradas as trajetórias de exclusão ou de fracasso escolar por eles vivenciadas.

Seguindo a proposta de Freire em *Pedagogia da Autonomia*(1996), se faz necessário uma compreensão de quem é o aluno com o qual se está trabalhando, bem como qual sua filosofia de vida, haja vista que o mesmo, quando adulto, já está situado em uma realidade, em que trabalha, se relaciona com os demais a sua volta, muitas vezes já tem uma família constituída e com isso tudo uma série de visões de mundo e opiniões baseadas nessas vivências, em uma realidade experimentada, vivida e como isso pode se relacionar com os conteúdos estudados.

or isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo das classes populares, chegaram a ela – saberes socialmente construídos na prática

comunitária - mas também, como há mais de trinta anos a razão de ser alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996)

Quando os alunos chegam na sala de aula, para o curso de filosofia, muitos deles não tem a mínima noção do que seja a filosofia, nem sobre a sua importância para a formação humana, se matriculam devido à obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio. Esse talvez seja o primeiro desafio apresentado ao professor que ministrará as aulas de filosofia.

Diante da realidade posta, cabe ao profissional compreender qual a realidade dos seus alunos, conhecer o público com o qual trabalhará, conversar com os mesmos. Pedagogicamente é importante, para que possa desenvolver um plano de trabalho docente que de significado na vida dos alunos, que possa representar algo e não seja desconexo da realidade dos mesmos.

Diante de tal situação-problema, é necessário fazer com que a filosofia seja uma disciplina que tenha significado na vida dos estudantes e que possa ressignificar alguns saberes já apreendidos, assim diz SANTOS e CHAGAS (2011):

Especificamente no que toca à Filosofia, é notório que os conteúdos ministrados aos alunos devem estar relacionados as suas experiências cotidianas, ressaltando o ato de fazer retroceder, ou voltar atrás, o pensamento, permitindo o questionamento daquilo que já é conhecido, facultando ao sujeito o domínio da realidade que está justaposta ao seu ser.

Os professores não devem desconsiderar todos os saberes que os alunos já trazem consigo, desta forma o processo se torna quase que tecnicista e seguindo uma cartilha, onde não se percebe qual a realidade, quais as especificidades da turma, quais os desafios que vão ser enfrentados e quais devem ser as metodologias empregadas em cada realidade.

Não podemos pensar o ensino de filosofia na EJA como sendo a mesma coisa que no Ensino Médio regular, em que o professor trabalhará com adolescentes, que estão em um outro contexto, por isso o desafio é outro. Em que no primeiro momento deve ter o conhecimento dos alunos e o segundo é encontrar uma metodologia que possa dar significado para a realidade a qual os alunos estão inseridos.

Ter capacidade de perceber a realidade, compreender o espírito da EJA e buscar transmitir os conteúdos programados, ordenados por um currículo que dá um norte sobre o que é importante na formação cidadã dos alunos é um dos primeiros passos que o professor deve dar, ter domínio de conteúdo e pedagogicamente transmiti-los aos alunos.

2.2 A FILOSOFIA POLÍTICA NA EJA

Quando pensamos em ensino de filosofia, logo remetemos a ideia de formação de senso crítico, compreensão da realidade que se vive a partir de um olhar crítico, reflexivo e questionador, sobre o mundo e tudo que nele existe. Essencialmente a filosofia trabalha com todas essas questões, e desde sempre busca encontrar uma resposta com base na razão, argumentação e lógica para as questões mais inquietantes da humanidade.

A filosofia política é uma área da filosofia que traz questionamentos com o objetivo de compreender as noções que envolvem o campo político. Filosofia política e política não são a mesma coisa, onde a política se relaciona as ações coletivas de governabilidade, como veremos e a filosofia política é a reflexão sobre a política. As diretrizes Curriculares da Educação (DCE), do Estado do Paraná, que determinam o ensino de filosofia política, no currículo base do ensino de filosofia para o ensino médio, apresenta a filosofia política com a seguinte função.

A Filosofia Política busca compreender os mecanismos que estruturam e legitimam os diversos sistemas políticos, discute relações de poder e concebe novas potencialidades para a vida em sociedade. As questões fundamentais da política perpassam a História da Filosofia, nas obras de grandes pensadores, da antiguidade à contemporaneidade. As sociedades que transformaram o poder político em coisa pública, transparente, participável e voltado à construção do bem comum, são exceções no espaço e no tempo. Se, por um lado, a modernidade está distante do ideal da polis ateniense ou da res publica romana, por outro é preciso reconhecer que ela trouxe conquistas fundamentais, como a valorização da subjetividade e da liberdade individual. Mas, a valorização exacerbada da esfera dos interesses privados nos afastou da esfera pública e dos interesses comuns e, por isso, o modelo da representação política tem sido a forma hegemônica do retorno da democracia nas sociedades modernas. No entanto, é preciso considerar que atravessamos uma crise da representação política que coloca em questão o atual modelo dos chamados Estados democráticos liberais. Vive-se um tempo em que os direitos humanos e políticos conquistados a partir do século XVIII não garantem os direitos sociais mais elementares para a maioria das pessoas. Assim, pensar o processo da ideologização da democracia e, conseqüentemente, o formalismo jurídico que tem se sobreposto à substancialização dos direitos, às formas de dominação, bem como alternativas políticas ao que está instituído, são tarefas importantes da filosofia política. No plano das relações internacionais, recentes acontecimentos como as guerras de invasão, as ações terroristas estatais ou não e o desrespeito aos direitos humanos, nos impõem uma série de questões sobre o sentido do poder, da soberania, da democracia, da liberdade e da tolerância. No Ensino Médio, a Filosofia Política, por meio dos textos filosóficos, tem por objetivo problematizar conceitos como cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade e liberdade, dentre outros, de maneira a preparar o estudante para uma ação política consciente e efetiva. (DCE, p.58)

A filosofia política busca fazer com que os alunos entendam, com base em conceitos e na própria história da filosofia, o que já foi pensado sobre, seu

desenvolvimento histórico, as preocupações que permearam os vários contextos da humanidade, bem como a organização coletiva que buscou estabelecer uma relação de boa convivência entre as pessoas, sem esquecer a reflexão sobre tudo isso, percebendo se estas organizações visavam a busca por noções básicas, como justiça, igualdade, noções de liberdade.

Além da compreensão da filosofia que vai colaborar para o entendimento da história da política e de todo o seu desenvolvimento e progresso do pensamento humano, tem como objetivo que a própria reflexão torne-se uma prática na vida dessas pessoas para que possa pensar a si mesmo, o mundo que vive e principalmente a todos os saberes e verdades que por ventura tenham sido colocados com um caráter dogmatizado ou recebido por influências das grandes mídias ou redes sociais e tomados para si de forma irrefletida, que podem ser entendidas pela falta do senso crítico, como pela falta de informações e da não compreensão da necessidade de se consultar várias fontes e tomar como uma determinação que se está na internet é verdade, deixando-se levar por uma manipulação ideológica.

O primeiro passo para se trabalhar com a filosofia política na EJA é ouvir, buscar fazer um diagnóstico da visão que os alunos têm de política, se percebem a importância e influência da mesma na vida de toda a sociedade, e identificando àqueles que tem um desencantamento pela política, que chega a ser quase que uma repulsa pelo tema.

O desafio pedagógico está em demonstrar a diferença dos significados do termo política e politicagem, fazendo-os perceber e desenvolvendo um processo de reflexão para que busquem perceber se o que compreendiam como política é de fato política, ou seja, a arte de bem governar, que tem por interesse o bem comum, desenvolvendo ações e gerindo o Estado pensando na coletividade, ou se o que entende por política é politicagem, ou seja, a falsa política, onde os interesses não são os coletivos, mas os individuais, sendo a prática dos desvios de dinheiro e todas as ações corruptivas. Para abordar tal e perceber a diferença, a proposta é que se trabalhe os conceitos de política e politicagem a partir da perspectiva do material didático elaborado por Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, na obra : *“Fundamentos de Filosofia”* (2016), onde busca fazer com que o aluno compreenda o que é a política e desta forma apresenta:

O termo **política** vem do grego *politeía* que por sua vez, deriva de *polis*, (“cidade-Estado”) e designa, desde a Antiguidade, o campo da atividade humana que se refere à cidade, ao Estado, à administração pública, e ao conjunto de cidadãos. Refere-se portanto, a uma área específica das relações existentes entre os

indivíduos de uma sociedade. (COTRIN, Gilberto. FERNANDES, Mirna. p. 345 . 2016)

Após apresentar o conceito de política levantar a problemática se o que os alunos compreendem como sendo a função da política se relaciona com o conceito apresentado, a partir disso os alunos serão convidados a refletir sobre suas concepções de política e a partir disso, reelaborar um conceito, a partir de sua compreensão antes da teorização e com a própria definição. Ao reelaborar um conceito de política, já está se desenvolvendo uma atividade filosófica, pois como afirma DELEUZE e GUATARI em *O que é filosofia?* (1992. p. 10) “A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos.”

Nesta primeira abordagem já se busca considerar o que cada um dos indivíduos tem compreendido sobre o que seja a filosofia e sobre a busca de uma fundamentação maior, onde o professor busca esclarecer melhor sobre tais conceitos, mas sem desconsiderar os saberes trazidos pelos alunos.

Uma proposta interessante para que os mesmos possam desenvolver a argumentação, é orientar que os mesmos possam justificar os motivos que foram determinantes para a elaboração dos conceitos, tanto antes da explanação do professor, quanto depois, isso ajuda aos mesmos a desenvolver as suas ideias, fundamentando suas ideias e o professor a partir disso pode compreender melhor a partir de que fatores os seus alunos determinam seus pontos de vista, fundamentam suas verdades ou buscam subterfúgio para o desconhecido, tomando para si as respostas transmitidas.

Perceber quais os fatores determinam a sua compreensão vai ser o principal fator para justificar todo o processo da abordagem da própria disciplina, bem como dos conteúdos que são determinados pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica da disciplina de filosofia, lembrando que mesmo diante das mais variadas realidades, tais conteúdos são pré-determinados, porém as metodologias para a implementação de tais conteúdos, para a sua transmissão e para a compreensão dos alunos sobre os conceitos que serão estudados devem ser pensadas e elaboradas pelo professor.

Deve-se levar em consideração em todo esse processo, àqueles indivíduos que apresentam uma grande resistência em discutir os assuntos relacionados à política, muitas vezes motivados por um desencantamento pela política devido aos grandes escândalos de corrupção, presente em nosso país, ou por questões individuais, de não perceber a real importância da política, seja em grande ou pequena escala.

Para chamar a atenção da importância de se falar em política, discutir o tema, podemos trabalhar com o texto atribuído a Bertolt Brecht., o Analfabeto Político, que diz o seguinte:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

O texto nos chama a atenção de que tudo faz parte das relações políticas e que ao buscar compreender como a política funciona, sua função, suas características, nós saímos do analfabetismo político. É importante perceber que ele é bem enfático ao determinar que a ignorância política dos cidadãos vai ocasionar problemas sociais seríssimos, pelo simples fato de não se envolver, ou de não se sentir parte do processo de formação política e cidadã de nossa realidade.

Fazer parte da política e exercer seu papel de cidadão está muito além do que simplesmente votar em um intervalo de tempo periódico, é perceber que quase todas nossas relações são também políticas, dessa forma, o objetivo inicial é despertar nos indivíduos a saída do analfabetismo político, percebendo a importância de pensar o mundo e a sociedade a nossa volta.

Além desses desafios que se colocam na sala de aula, que seriam o desinteresse por questões políticas, a falta de informações necessárias para compreender o que são ações políticas, ou ainda, a desconstrução de verdades dogmatizadas do que se imaginava que seria política, percebendo algumas confusões em relação ao que se compreende como política e politicagem, devemos nos perceber como responsáveis de todo o processo para a própria construção de uma sociedade justa, principalmente quando pensamos na construção de uma sociedade justa.

Desta forma o problema que se coloca é como a filosofia política e as aulas podem colaborar para que tais jovens e adultos percebam a importância das ações individuais para a construção de uma coletividade justa, que garantam uma sociedade harmônica. Desta forma as aulas de filosofia política não devem somente chamar a atenção para a reflexão sobre a ação dos governantes, de como o Estado se organiza, quais as relações entre poder, comunidade, governabilidade, relações de direitos humanos, formas de governo e características gerais da democracia, mas principalmente, que seja um

repensar, reformular conceitos e determinar as ações a partir da própria ação individual, neste caso, em relação a honestidade.

Afinal, quando pensamos sobre a política na atualidade, normalmente se atribui aos políticos a qualidade de corruptos, onde as grandes massas atribuem política e corrupção quase como sinônimos. A partir de tal percepção, buscar-se-á uma reflexão a partir das aulas de filosofia política sobre o papel de cada indivíduo na sociedade, principalmente a temas relacionados à corrupção, para que haja uma compreensão sobre a importância da participação popular ativa nas questões políticas, bem como em pensar a função social de cada indivíduo na sociedade.

Quando pensamos na questão da honestidade e corrupção, devemos perceber o aspecto ético que envolve o tema, para que os alunos possam refletir se a corrupção é apenas quando envolve uma grande quantidade de desvios de verbas públicas, ou se nas pequenas ações cotidianas podemos também apresentar ações corruptivas.

Ao trazer tal tema, se busca que eles compreendam a gravidade da corrupção para o país, no caso das ações que envolvem os desvios de verba pública por parte dos governantes, bem como a partir de ações dos próprios indivíduos, percebendo que todos podem se deixar levar por atos corruptivos quando isso possibilita que possam trazer benefícios particulares. Tal ação não visa justificar a ação corruptiva dos indivíduos, mas perceber que quando colocamos nossos interesses particulares acima dos coletivos não conseguimos atender ao que se espera, como na política. Se um indivíduo retira a verba da construção de uma escola, por exemplo, o mesmo prejudica toda uma comunidade.

Ao problematizar sobre a honestidade e corrupção, buscamos uma compreensão por parte dos alunos, pensando de que forma a política deve lidar com as relações de poder, de ações de governo, bem como das funções básicas no que tange o próprio conceito e definição do termo política.

Quando normalmente pensamos nessas ações, temos como base a ideia de que, por exemplo uma verba, que é destinada para um fim específico não seja utilizada para outra coisa, sendo então a atitude ideal. Inclusive moral. Mas ao recorrermos ao pensamento de Maquiavel, podemos perceber um contraponto importante nesse processo. Afinal, ética e política andam juntas? Quais as concepções de Maquiavel, que nos ajudam a compreender tal ação.

Assim, identificamos quais as diferenças entre moral individual e moral política. Diz Maquiavel.

“A atitude do indivíduo não é necessariamente a atitude do chefe do Estado. Se para um indivíduo a ação moral é de decisão particular, para o monarca, por exemplo, é necessário pesar em que isto implicará para o Estado. [...]

Podemos perceber que em Maquiavel a proposta de uma nova ética, como um novo conceito de virtude, voltada mais para a política e não para o ideal moral do pensamento medieval. É uma moral prática que olha para o bem do Estado e se apresenta inversa à perspectiva tradicional.” (LIVRO DIDÁTICO DE FILOSOFIA, SEED, PR. p. 180)

Segundo Maquiavel, a intenção do governante é de chegar e manter o poder, desta forma, inaugura uma nova compreensão da ética e da própria concepção de ação do governante, onde, segundo ele, o monarca deveria fazer o que fosse necessário para se chegar e manter no poder, desde que estivesse tendo como preocupação final o Estado. Percebemos portanto uma visão além da que abordamos até então, onde havia uma ética nas concepções de política.

Desta forma, analisamos a concepção de ação, tanto no aspecto político, quanto no aspecto moral da ação dos indivíduos, haja vista que, o povo seria a real preocupação da concepção política na teoria de Maquiavel.

Se pensamos na concepção de honestidade, Maquiavel certamente estaria preocupado com a própria ação do governante, mas não se ela era boa em si, ou seja, se a ação se apresenta como justa, aceitável ou propriamente dita, honesta. Mas o que importa é seu resultado, se consegue cumprir a sua função, baseada na unificação do povo e manutenção da paz.

A abordagem que iremos apresentar, a partir de uma experiência prática, dialóga com a concepção de Maquiavel, tanto no aspecto da moral individual, quanto das práticas coletivas, ou seja, de que forma uma ação individual afeta uma ação coletiva, sendo a forma de compreendermos a política.

3. A FILOSOFIA POLÍTICA ALÉM DA SALA DE AULA: UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA E A CORRUPÇÃO. ANÁLISE DO EXPERIMENTO “COMPRA CONSCIENTE”

Iniciamos esse processo com uma reflexão sobre o que seria política, seu conceito e definição, bem como a função da mesma, a partir da visão que os alunos já traziam sobre o assunto. Buscamos aprofundar a reflexão sobre a política a partir da filosofia política pensando nas relações de poder e no aspecto pejorativo da política, a chamada politicagem.

Muitos alunos acabam confundindo política com politicagem diante das realidades vividas e de como as relações políticas se dão em nosso país. Diante dessa realidade, a filosofia política tem a função de desmistificar o que seria uma coisa e outra e refletir sobre cada um dos conceitos abordados.

A politicagem pode ser entendida como uma falsa política, como descrevem as autoras Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, na obra “*FILOSOFANDO: introdução à Filosofia*”, que dizem que a politicagem vai ser “falsa politicagem que predominam os interesses particulares sobre os coletivos”. (ARANHA; MARTINS. 2013). É da politicagem que surge a corrupção, o descaso com os bens públicos e o enriquecimento ilícito.

Para que possamos pensar nos efeitos negativos da corrupção, principalmente quando os interesses particulares suplantam os coletivos é proposto uma experiência que não envolva apenas a classe, mas toda a escola.

Buscar-se-á definir o que é corrupção de modo geral, desta forma, pede-se que os alunos possam escrever sobre o tema, expondo o que compreendem de modo simples sobre o tema. O fato de pedir para que os mesmos digam o que é corrupção, faz com que os mesmos participem de um exercício filosófico de reflexão e formulação de conceitos.

Após o exercício dos alunos de buscar uma definição do que seria a corrupção, ouvir e dialogar sobre os efeitos da corrupção da sociedade, e apresentar algumas definições de corrupção. Para compreendermos o que é corrupção podemos recorrer ao estudo realizado pelo doutorando em Ciências Sociais José Vitor Lemes Gomes, que em seu artigo “*OS BRASILEIROS FRENTE À CORRUPÇÃO: Um estudo sobre comportamento político*” que diz:

O que é corrupção no mundo contemporâneo? Entre as várias definições que conhecemos, elegemos como ponto de partida da nossa reflexão sobre o termo, aquela que consideramos a mais sintética. Trata-se da definição de Joseph Nye (1967), para quem a corrupção é um comportamento que se desvia dos deveres

formais de um papel público por causa da sobreposição de interesses pessoais em nome de ganhos financeiros ou de status. Esse comportamento se expressa em práticas como suborno, nepotismo e apropriação indébita. Consideramos a definição de Nye sintética porque podemos desdobrá-la em, pelo menos, dois aspectos: 1º) a corrupção é um desvio de deveres formais, ou seja, normas jurídicas, ou regras institucionais, pré-existentes à ação em questão e 2ª) consiste na sobreposição de interesses pessoais sobre o interesse público. (GOMES, 2015)

Iniciamos nosso debate a partir da compreensão trazida por GOMES, buscando perceber se em nosso meio existe a corrupção ou se apenas se relaciona à política. Podemos buscar que os próprios alunos exemplifiquem as várias situações de corrupção que vivenciamos no nosso dia a dia, percebendo a mesma como um desvio de deveres ou normas, de que forma, pode ocorrer a transgressão das normas e virar atos corruptivos.

Com a explanação realizada pelos próprios alunos, e a busca de exemplos de atos corruptivos, buscar-se à que eles possam perceber nas suas próprias ações, quantas vezes já transgrediram as regras, ou realizaram ações que para trazer benefício próprio, causava algum dano, por menor que seja para outras pessoas. Essa percepção não deve ser feita com o objetivo de julgamentos ou de exposição daqueles que já se deixaram corromper, mas que sirva como um processo de autorreflexão.

3.1 UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UMA PRÁTICA COLETIVA – TRAÇANDO A META.

Quando Gomes aborda que a corrupção pode ser vista como a sobreposição de interesses particulares sobre os coletivos, vemos que tal tema pode ser experienciado e levado para a coletividade, assim sendo, se propõe envolver toda a comunidade escolar, para que juntos possamos analisar como as ações humanas podem influenciar um grande número de pessoas.

Chamaremos de “Compra Consciente” a proposta realizada, onde a turma pode determinar um objetivo, como por exemplo, a compra de algum material para a escola, ou livros para a biblioteca. Neste caso a proposta é que se conseguisse adquirir um aparelho de som, que seria doado pela turma para o colégio.

Pode-se fazer uma pesquisa de preços em lojas locais para traçar uma meta de quanto dinheiro precisaria ser arrecadado, desta forma, tem se um objetivo claro a ser alcançado.

Ao escolher o modelo do aparelho de som e saber o valor, passa para o segundo momento da prática, onde se tem a necessidade de arrecadar a verba para compra o aparelho de som.

3.2. A COMPRA CONSCIENTE.

A compra consciente é a possibilidade de deixar um determinado produto a disposição, para que aqueles que estiverem interessados possam se dirigir até o espaço específico, retirar o produto que desejam, depositar o dinheiro em um local próprio, fazer o troco se for necessário, tudo sozinho, sem depender de um vendedor. Tal mecanismo vai ser utilizado, tendo como objetivo analisar como as pessoas se comportam diante de tais situações, quando sozinhas diante do dinheiro e dos produtos.

Após a decisão do que seria comprado, o objetivo é escolher um produto a ser colocado para a venda, sendo importante a participação de todos, ouvindo a opinião de todos, já que buscam o mesmo objetivo, pode-se aproveitar e inserir o assunto da democracia grega e a busca da vontade geral, onde em assembleia se ouvia todos os cidadãos da pólis, neste caso, buscamos ouvir todos os alunos da classe. Se por exemplo, for escolhido que o produto a ser vendido foi bombom, uma das propostas é que os alunos possam doar os bombons, e determinar o preço e a quantia de doces que precisam ser vendidos para que se possa comprar o aparelho de som.

É importante que se coloque o número exato de bombons e o respectivo valor que possa comprar o aparelho, por exemplo. Se o aparelho de som custa trezentos reais e cada bombom vai ser vendido a um real, então deve-se colocar, exatos trezentos doces.

O espaço onde ocorrerão as vendas precisa ser estratégico, sendo um lugar de fácil acesso, que todos possam encontrar, mas que não seja próximo a espaço onde alguém possa ficar vigiando, de preferência nem perto de câmeras de vigilância, o objetivo não é descobrir, caso ocorra, de sumir o dinheiro ou der “furo de caixa”, quem foi a pessoa responsável por isso.

Após a instalação da banca de vendas, é necessário dar publicidade ao projeto, demonstrar o que se pretende com esta experiência social, comentar que o objetivo da arrecadação é a compra de um aparelho de som, demonstrando que as ações coletivas podem trazer benefícios a todos. Determinar os horários de venda e só encerrar o projeto quando acabarem os produtos a serem comercializados.

3.3 – POSSÍVEIS RESULTADOS E ABORDAGENS DIANTE DA IMPREVISIBILIDADE HUMANA.

Uma das coisas fundamentais a se pontuar com os alunos é que é muito difícil prever um possível resultado da experiência social, se terá todo o dinheiro no final, se faltará ou quanto dinheiro terá disponível. Desta forma a gente passa a perceber que quando falamos de seres humanos é difícil seguirmos um método, como nas ciências da natureza, até porque o ser humano é inconstante. Por mais que sejamos seres racionais, apresentamos dificuldades de definição do que seria o próprio ser humano, bem como o que determinaria a sua ação.

Para isso é necessário entender o que é o ser humano, a subjetividade, todos os aspectos que vão determinar a ação, e a complexidade que envolve isso tudo, para que a gente possa compreender a complexidade humana, recorremos a André Comte-Sponville, que na obra *Apresentação da Filosofia*, assim define:

O que é o homem? Respostas é o que não faltam na história da filosofia. É o homem um animal político, como queria Aristóteles? Um animal falante, como também ele dizia? Um animal de duas patas sem penas, como afirmava com graça Platão? Um animal razoável, como pensavam os estoicos e depois os escolásticos? Um ser que ri (Rabelais), que pensa (Descartes), que julga (kant), que trabalha (Marx) que cria (Bergson)? Nenhuma dessas respostas, nem a soma delas me parece satisfatória. (COMTE-SPONVILLE, André. 2002. p. 125)

Comte-Sponville nos ajuda a compreender a dificuldade de definição de nossa natureza, isso ajuda a compreendermos como as ações são todas diferentes, pois cada indivíduo ao exercer sua subjetividade, age conforme sua natureza. Portanto, diante de tal situação, fica complicado determinar qual o resultado da experiência, bem como, de que forma as pessoas vão reagir, afinal.

Não reconhecemos nossa natureza como claramente definível se considerarmos a incompletude humana, a ambiguidade dos desejos e a possibilidade aberta da liberdade de decisões. Isso posto, teremos de concluir que nosso comportamento também não é previsível. Podemos acertar, mas também errar. Estamos disponíveis para construir um mundo melhor, mas igualmente para persistir nas ações movidas por egoísmo, inveja e cobiça. (ARANHA; MARTINS. 2013. P. 229)

Quando pensamos que o ser humano ter um comportamento imprevisível, onde essa disposição para fazer o bem, para pensar na coletividade, pode dar espaço a condições como cobiça e egoísmo, podemos perceber qual seria a explicação de

encontramos com pessoas que são corruptas. É importante perceber que isso é uma realidade, que a explicação dada, não deve servir como justificativa para que as pessoas possam agir de forma irresponsável, ou mesmo como uma justificativa para a corrupção.

A partir de toda essa compreensão que envolve o ser humano e o faz agir, devemos perceber principalmente, que não somos seres isolados, convivemos em comunidade, e que isso deve ser um fator de extrema importância para definir a forma com que agimos e encaramos o mundo.

Uma das possibilidades do resultado da ação é que falte dinheiro, seja porque alguém pegou bombom e não pagou, ou simplesmente retirou o dinheiro da caixinha. Diante dessa situação, caso venha a acontecer, é importante ver o que sobrou, e o que foi conseguido arrecadar e se o dinheiro foi suficiente, pode-se comprar um aparelho de som, mesmo que mais barato, com menos funções e potência, podendo aproveitar a situação para relacionar com o aspecto político, onde muitas obras ou são superfaturadas ou, com o desvio de dinheiro, que muitas vezes acontece, o resultado não sai como no projeto por falta de verba.

Nesse caso, é importante demonstrar como uma ação que visa um interesse particular apenas, pode prejudicar todo um coletivo, onde mesmo sendo feito a compra do rádio e a entrega, a qualidade não é a mesma do que se havia sido planejado.

Partimos do ponto de que toda a comunidade escolar deva refletir sobre os efeitos da corrupção, mesmo das ações que possam parecer menos prejudicial, mas que sempre alguém perde quando se age de má-fé.

Outro resultado possível é que todo o dinheiro pretendido seja arrecadado com a venda de bombons, neste caso deve ser feita a prestação de contas e realizada a entrega do aparelho de som. De modo pedagógico pode ser evidenciado a importância da honestidade para que todos possam usufruir dos benefícios propostos, tanto em uma atividade com um cunho pedagógico que as ações coletivas possibilitaram a finalização com sucesso do projeto proposto, como nas relações políticas que envolvem obras. Pois quando o governante pensa na coletividade, a política cumpre sua função.

Ainda um terceiro resultado possível é de que todo o dinheiro sumisse. Neste caso, teria um desvio total de verba, o que impossibilitaria a implementação do projeto e nenhum aparelho de som seria comprado. Mesmo que apenas um indivíduo ou um grupo de pessoas tenham pego o dinheiro, tal ação inviabiliza a implementação do projeto.

Quando propomos um experimento dessa forma, tal ação se justifica para compreendermos melhor a importância da honestidade em nossa sociedade e perceber que nem sempre os atos corruptivos estão presentes apenas no governo. A conclusão deve ser apresentada para toda a escola, podendo ser marcado uma determinada data para a prestação de contas, onde seja exposto o resultado, podendo também ser fixado em murais, para dar publicidade ao projeto.

Além de comprar alguma coisa para a escola, que é um dos objetivos da arrecadação, é necessário sempre trazer à luz a noção de que o indivíduo que convive em sociedade, deve pensar suas ações a partir disso, portanto tal projeto traz uma preocupação ética em sua fundamentação, justificativa e abordagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos do sistema de Educação de Jovens e Adultos que chegam ao Ensino Médio, nesta categoria, se caracterizam por serem quase sempre adultos, com uma vida já constituída e que buscam a instrução no ensino básico com a esperança de uma vida melhor. É perceptível a importância de programas que visem incentivar a alfabetização desses jovens e adultos, mas também garantir uma educação de qualidade, que desenvolva a criticidade e autonomia de pensamento.

Ao perceber que muitos adultos, chegam na sala de aula com uma opinião já formada, muitas vezes pautadas em conhecimentos do senso comum, achismos e a partir de notícias e informações adquiridas em fontes de informação não seguras, se ve a necessidade de trabalhar toda uma perspectiva da vida dos indivíduos para que o processo de formação seja também um processo que possibilite a libertação.

Percebemos que muitos não tem um conceito bem definido do que seria a política, que é o tema a que nos propomos trabalhar, e ao supor a dificuldade de definição de conceitos e reelaboração, buscamos instigar os alunos, para que pudessem, de fato, demonstrar a compreensão que tinham do que era a política, para que a abordagem teórica e pedagógica possa ser desenvolvida a partir da própria realidade dos alunos.

Para uma melhor compreensão do que é a política se faz necessário uma diferenciação do que seria a política e a politicagem, bem como a compreensão da filosofia política para o processo do conhecimento e da criticidade.

Ao abordar a politicagem, esbarramos em um tema recorrente à política no Brasil atual, que é a corrupção, porém percebemos a necessidade de demonstrar que as ações corruptivas não são ações dos governantes apenas, mas da própria população, ou seja, todos podem cometer atos corruptivos.

Para fazermos uma análise do comportamento e da importância do planejamento de ações dentro da política, bem como das próprias ações coletivas, é que se desenvolve uima prática que denominamos “Compra Consciente”, onde ao pegar e pagar pelo produto, estaria colaborando para a compra de um aparelho de som que seria doado para a escola.

Podemos perceber com isso que a partir de todas as reflexões sobre o que seria a política e a politicagem, o aspecto da ética na política e a compreensão de Maquiavel em relação a política e a ética, analisamos que ao falar sobre corrupção, demonstrar os efeitos da corrupção, buscamos fazer a construção de um mundo melhor e mais justo,

portanto, tais ações pedagógicas não visam apenas a apropriação de conceitos e teorias, mas sim, da reflexão, que transforma, que retira o indivíduo do seu lugar comum, mas que principalmente possa levar a toda uma comunidade escolar a refletir sobre o tema, sobre as ações individuais e coletivas, percebendo todas as relações com a política e os possíveis malefícios que a corrupção possa ocasionar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas Sobre Educação**. – 12º ed. – Campinas, SP: Versus Editora, 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia** – 6º Ed. – São Paulo: Moderna, 2016. P. 92-93.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 2ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

DCE – DIRETRIZES CURRICULARES DE FILOSOFIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Curitiba: SEED, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O que é a Filosofia?**. 1º Ed. - São Paulo: editora 34, 1992.

FIGUEIREDO, Vinicius de; REPA, Luiz; CUTER, João V.; FILHO, R. B.; VALENTIM, Marco, NETO, Paulo Vieira. **Filosofia: temas e percursos** – 2º Ed. – São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2016. P. 259-262.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** - 25º Ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES. José vitor Lemes. **Os brasileiros frente a corrupção: Um estudo sobre o comportamento político**. UFRGS. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GOMES-Jos%C3%A9.pdf>. Acesso: 20/03/2018

LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO – FILOSOFIA – SEED PR , 2006.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

RIBEIRO, V.M. **Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. Educação & sociedade, ano 18, n. 60, dez./1997.

SANTOS, L.R.A.; CHAGAS, P.C. De M. **ENSINO DE FILOSOFIA E EJA; Contextualização histórica e desafios da contemporaneidade**. Holos. Rio Grande do Norte. 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjMr4nb4aLYAhXMF5AKHWdMDsoQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Feducere.bruc.com.br%2Farquivo%2Fpdf2015%2F21801_8691.pdf&usq=AOvVaw09NyRCXg3WmuDG4m_erlfv> Acesso: 10/12/2017.

SOEK, Ana Maria. **Fundamentos e metodologias da educação de jovens e adultos** – Curitiba: Editora Fael, 2012.

VASCONCELOS, José Antonio. **Reflexões: Filosofia e cotidiano**. – 1º Ed. – São Paulo: Edições SM, 2016. P. 279.